



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA
MUNICIPAL**

NATÁLIA DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À SECA NO BRASIL: UMA ANÁLISE
DO PROGRAMA CISTERNAS NO MUNICÍPIO DE BARREIRA – CEARÁ**

REDENÇÃO-CE

2018

NATÁLIA DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À SECA NO BRASIL: UMA ANÁLISE
DO PROGRAMA CISTERNAS NO MUNICÍPIO DE BARREIRA – CEARÁ**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof. Me. Marcos Antonio Barbosa de Lima.

REDENÇÃO-CE

2018

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Silva, Natália da.

S578p

Políticas Públicas de combate à seca no Brasil: Uma análise do Programa Cisternas no Município de Barreira - Ceará / Natália da Silva. - Redenção, 2018.
33f: il.

Monografia - Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, Coordenação De Pós-graduação, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

Orientador: Prof. Me. Marcos Antonio Barbosa de Lima.

1. Ação Construção de Cisternas para Armazenamento de Água (Programa: Brasil). 2. Semiárido. 3. Cisternas. 4. Seca - Políticas públicas. I. Título
CE/UF/BSCL

CDD 354.3660981

AGRADECIMENTOS

Agradecer é admitir que precisamos uns dos outros e reconhecer que jamais poderemos lograr o dom da autossuficiência. Por tal razão venho aqui agradecer:

A Deus, minha estrutura e fortaleza que fez de minha conquista expressão fiel de vossa vontade!

Aos meus pais, Uilson e Vanderleia, que me apoiam e não medem esforços para que eu alcance meus objetivos pessoais e profissionais.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro brasileira - UNILAB, pelas oportunidades oferecidas e agarradas com muito afinho.

Aos tutores, pelo conhecimento transmitido que contribuíram para minha formação acadêmica e humana, a vocês meu profundo respeito e admiração.

Ao professor Marcos Barbosa, pela orientação, paciência, incentivo e atenção que tornaram possível a conclusão deste trabalho.

A banca, que dedicou seu precioso tempo para prestigiar e avaliar meu trabalho.

A todos que compuseram a turma de Especialização em Gestão pública Municipal 2017.2, com quem compartilhei, mesmo que indiretamente, esse momento de minha vida, especialmente a grande amiga Regislene Freitas, por tornar minha experiência acadêmica mais especial, me proporcionando momentos ímpares de aprendizado que vou levar para a vida inteira.

A minhas amigas Alice Silva e Thamara Gomes, pela amizade, conversas e palavras de incentivos nos momentos de dificuldades.

Ao meu amor Paulinho Lopes, com que nunca pude deixar de contar, obrigada pelo apoio, atenção, paciência, amizade e carinho, a você meu mais sincero obrigada!

A minha grande família, que por vezes reclamou a minha ausência, mas que sempre torceu por mim e compartilhou de meus ideais, em especial as minhas primas queridas Sandra Almeida, Sônia Almeida e Karilan Rocha, e a minha irmã Nataly Lopes, com quem pude compartilhar os dilemas de um estudante.

A Organização Barreira Amigos Solidários – OBAS como um todo, pelo espaço, atenção e concessão de entrevistas para integrar a coleta de dados deste trabalho.

A quem no anonimato compartilhou dos meus ideais, me incentivando.

Enfim, a todos vocês, meu muito obrigada!

RESUMO

O acesso a água é um direito de todos e fator fundamental para o bem estar da população, no entanto, sabe-se que a escassez deste recurso ainda é realidade no Brasil, especialmente na região em que prevalece o clima semiárido, para a qual a parceria Governo – sociedade tem direcionado a Política Pública de combate a seca no Nordeste. Assim, presente trabalho tem como objetivo estudar o impacto do Programa Cisternas como política pública de combate à seca. Para tal realizou-se uma pesquisa de caráter qualitativo cujos parâmetros de análise foram identificados nos estudos de Passador e Passador (2010) quanto a melhoria na qualidade de vida dos beneficiários do programa quando em relação a saúde, renda, e gênero. O processo metodológico se deu inicialmente por pesquisa bibliográfica para a definição de política pública, seguido pelo resgate histórico da política pública de combate a seca, desde sua concepção até a criação do Programa cisternas. Em seguida, realizou-se um estudo de caso, utilizando-se como fonte de dados entrevistas semiestruturadas com coordenadores do Programa cisternas executado no Município de Barreira – CE, pela OBAS. Os resultados demonstraram que o Programa cisternas tem ação transformadora, amenizando a escassez de água potável para famílias de baixa renda, além de formar cidadãos ativos.

Palavras chave: Política pública, Semiárido, Cisternas.

ABSTRACT

Access to water is a right of all and a fundamental factor for the well-being of the population, however, it is known that the scarcity of this resource is still a reality in Brazil, especially in the region where the semi-arid climate prevails. Government - society partnership has directed the Public Policy to combat drought in the Northeast. Thus, this study aims to study the impact of the Cisternas Program as a public policy to combat drought. For this purpose, a qualitative research was carried out, whose parameters of analysis were identified in the Passador and Passador (2010) studies regarding the improvement in the quality of life of the beneficiaries of the program when in relation to health, income, and gender. The methodological process was initially initiated by a bibliographical research for the definition of public policy, followed by the historical recovery of public policy to combat drought, from its conception to the creation of the cisterns program. Next, a case study was carried out using semi-structured interviews with coordinators of the cisterns program executed in the municipality of Barreira - CE, by OBAS. The results showed that the cistern program has transformative action, mitigating the shortage of drinking water for low-income families, as well as training active citizens.

Key words: Public policy, Semiarid, Cisterns.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. REVISÃO DE LITERATURA	9
2.1. Conceituando políticas públicas	9
2.2. Análise de políticas públicas	11
2.3. Políticas públicas de combate à seca no nordeste brasileiro	12
2.4. O Programa Cisternas do Governo Federal	14
3. METODOLOGIA	17
3.1. Classificação da pesquisa	17
3.2. Coleta de dados	18
3.3. Análise de dados	19
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	20
4.1. Aspectos gerais do Município de Barreira – CE	20
4.2. Execução da Política de combate a seca no Município de Barreira: a OBAS	20
4.3. O Programa cisternas no Município de Barreira	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	29
APÊNDICES	31

1. INTRODUÇÃO

O acesso a água é um direito de todos e fator fundamental para o bem estar da população, reconhecer esse direito e lutar para que seja executado é um grande passo para a nação que busca a satisfação de seu povo. No Brasil, no entanto, sabe-se que a falta deste bem precioso ainda faz parte da realidade, especialmente para a população residente na região rural, em que prevalece o clima semiárido, onde as variações climáticas afetam a disponibilidade de água e acarreta a diversos problemas de ordem tanto social como econômica, tais como a degradação do solo, baixa capacidade produtiva e baixos níveis de desenvolvimento econômico. Evidenciando a desigualdade social e dando a população desta região a característica que lhe é peculiar: a vulnerabilidade social e a pobreza.

Embora se trate de um dever do Estado, garantir o acesso à água por meio do abastecimento da rede pública, assegurado recentemente por meio da Política Nacional de Saneamento básico (2010) e Política Nacional de Segurança alimentar (2010), sabe-se que o atendimento da população nessas condições ainda é muito difícil e até mesmo inviável, dada a localização das residências que muitas vezes se encontram dispersas no território. Nessa circunstância tem crescido a percepção de que é necessária ação governamental, por meio de Políticas públicas, programas e ações que visem o alcance dessas famílias, no que toca ao direito ao acesso a água.

Em linhas gerais, entende-se por Políticas Públicas as ações e programas desenvolvidos pelo Estado com o intuito de resolver ou amenizar problemas sociais e garantir a execução dos direitos dos cidadãos. Para o presente trabalho, o problema social identificado é a falta de água na região do Semiárido Nordeste, que gerou a Política pública de combate a seca, cuja finalidade é construir reservatórios de água, para a sobrevivência nos longos períodos de estiagem, acarretando ao desenvolvimento local das regiões assistidas, seja municípios e/ou comunidades rurais.

Sabe-se que a partir dos anos 2000, a iniciativa da Sociedade civil em parceria com o Governo Federal do Brasil, deu origem ao primeiro programa de cisternas, destinado a amenizar o problema da seca e suas consequências, o Programa 1 milhão de cisternas (P1MC), hoje Programa Cisternas, Política pública que visa, numa visão ampla, o combate a prática coronelista do direito a água no meio rural (SOARES JUNIOR e LEITÃO, 2017), por meio da mobilização social, capacitação de famílias, formação de agentes sociais e a construção de reservatórios de água. Dado o passo inicial, longa tem sido a jornada pela democratização da água, de forma que tal programa teve continuidade, ora com nomeclaturas

e utilização de matéria-prima diferenciada, e aos poucos vem proporcionando às famílias rurais de baixa renda, mais qualidade de vida e à região semiárida, o desenvolvimento local.

Deste modo, apresenta-se como problemática de pesquisa a seguinte questão: Qual o impacto do Programa Cisternas como política pública de combate à seca?

Como objetivo geral busca-se estudar o impacto do Programa Cisternas como política pública de combate à seca. E como objetivos específicos, têm-se:

- Identificar as políticas públicas voltadas para o combate à seca no Brasil;
- Estudar o Programa Cisternas do governo federal do Brasil; e
- Analisar o impacto do Programa Cisternas como política pública no combate à seca no município de Barreira- Ceará.

O estudo aqui proposto surgiu da hipótese de que a Política pública de combate à seca no nordeste, por meio do Programa cisternas promove o desenvolvimento local no Município de Barreira, em termos de qualidade de vida, e acesso a água potável.

O presente estudo está disposto em cinco seções, sendo a primeira seção referente à introdução, contextualizando o tema, a problemática, a justificativa e os objetivos do trabalho. Na segunda seção identifica-se as políticas públicas de combate à seca no nordeste brasileiro, na terceira seção faz-se a análise do Programa cisternas do Governo Federal. A terceira seção apresenta a metodologia de pesquisa adotada, enquanto a quarta seção trata dos resultados e discussões oriundos da análise das entrevistas com beneficiários do programa residentes no Município de Barreira. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais sobre o trabalho e em seguida as referências bibliográficas.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Conceituando políticas públicas

De forma geral, e fora do universo científico, as pessoas consideram a política como algo que é por natureza nocivo à sociedade, associando-a apenas ao momento eleitoral, em que um grande número de candidatos faz uma série de promessas em termos de promoção do bem-estar social, disputando um cargo no governo. Tal pensamento, resulta da confusão da política com o governo e reflete diretamente no comportamento das pessoas, que por vezes mantêm-se alheias e indiferentes ao fato de a política ser parte constitutiva da vida social (RUA, 2012). Diante disto, inicialmente faz-se necessário o entendimento do que realmente é a política.

Na língua portuguesa o termo “política” assume diversas conotações distintas, embora grafados da mesma forma. Na língua inglesa o mesmo diferencia-se em *politics* e *policy*. *Politics* refere-se às atividades humanas, isto é, o uso de procedimentos diversos que expressam relações de poder, destinados a alcançar uma solução pacífica de conflitos relacionados a decisões públicas (RUA, 2012). Já o termo *policy*, refere-se “à formulação de propostas, tomada de decisões e sua implementação por organizações públicas” (RUA, 2012 p.17), é a atividade do governo de desenvolver políticas, termo tido como mais adequado por Secchi (2010) para remeter as decisões e ações públicas.

O termo política pública está vinculado ao *policy* e diz respeito a concretização das decisões públicas em favor da resolução dos conflitos e busca do bem comum, papel da gestão pública. No entanto, sabe-se que este fato nem sempre existiu, pois em um passado recente, a função da gestão pública se resumia a segurança pública e a defesa externa (BRENNER LOPES, 2018). Atualmente, entende-se por gestão pública a gerência dos negócios do governo, que por meio da administração pública tem o atendimento aos interesses e necessidades coletivas, como função primordial. Para tanto, necessita desenvolver uma série de ações e atuar diretamente em diferentes áreas, tais como saúde, educação, meio ambiente, etc. utilizando-se de Políticas públicas como diretriz para enfrentar os problemas sociais, levando situações problemáticas, a se tornarem a situações ideais possíveis (SECCHI, 2010).

Em linhas gerais, as Políticas Públicas são as ações, metas e planos que os governos traçam para atender interesse público. Matias-Pereira (2010) afirma que tratam-se de instrumentos essenciais dos governos para lutar pela conquista, exercício e manutenção do poder político e também como estratégia de intervenção social para a correção das falhas de mercado. Rua (2012 p. 17) sustenta que Políticas públicas compreendem as decisões e “ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos”. Para Secchi (2010 p.1), “Políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões

públicas, e do processo de construção e atuação dessas decisões”, em favor da resposta aos problemas coletivos, independente de quem a define, seja um ator governamental ou não.

Atender a um problema público de forma integral, não é tarefa fácil e apresenta a controvérsia de o bem-estar social ser definido pelo governo e não pela sociedade em si (BRENNER LOPES, 2008). As demandas sociais são apresentadas aos governantes por meio da Sociedade Civil, grupos organizados que incluem sindicatos, entidades de representação empresarial, associação de moradores, associações patronais e ONGs, que competem entre si, em virtude dos recursos escassos, almejando o tratamento de seus interesses. Cabendo ao formulador de Políticas Públicas perceber, compreender e selecionar as diversas demandas prioritárias, cuja ação sobre a mesma, constitui a Política pública.

Em outras palavras, as Políticas públicas originam-se da existência de um problema e da competição entre os diversos segmentos da sociedade, os atores. Tais interesses podem ser gerais, como demandas por segurança pública e melhores condições de saúde, ou específicos, como a construção de uma estrada ou um sistema de captação das águas da chuva para consumo humano em períodos de estiagem.

Cabe sublinhar ainda que, dada a existência do problema, diversos autores apontam que a concretização da Política pública se dá por meio do Ciclo das políticas públicas, isto é, modelo de análise de vida das mesmas observado em seqüência de fases, envolvendo os diversos atores. Matias-Pereira (2010) apresenta essas fases seqüencialmente da seguinte forma: formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Em contraponto, Rua (2012) considera esta uma ferramenta de grande utilidade para analisar os processos político-administrativos, e ainda o comportamento dos diversos atores envolvidos em cada etapa. Para o autor, embora apresentada de forma sequencial, as etapas não são lineares e podem, por vezes, se sobrepôr umas sobre as outras.

Na Figura 1 apresenta-se o Ciclo de Políticas públicas na visão de Rua (2012).

Figura 1: Ciclo de Políticas públicas

Fonte: Rua (2012 p. 34) adaptado

Destarte, para Santos (2010) as políticas públicas tem papel fundamental no que tange ao desenvolvimento social, visto que, diante do desafio de superar as injustiças e a desigualdade social, busca a transformação da vida e das expectativas dos habitantes de um país. Para tal, baseiam-se na lógica da cidadania e na prestação de serviços públicos essenciais e de qualidade e quantidade adequadas ao desenvolvimento.

Ainda segundo o autor, estas são reguladas pela política econômica do país, variando com o grau da diversificação da economia, visão do governante sobre o papel do Estado e atuação de grupos sociais, deste modo, não são universais. No Brasil, por sua vez, dada a desigualdade social extrema, causada pela má distribuição de renda, grande tem sido o esforço em busca da equidade e da justiça, por meio da atenção à Políticas públicas sociais. Para este trabalho adota-se a Política pública de combate a seca no Brasil como objeto de estudo, tida como relevante e transformadora da relação Estado X Sociedade e que também transfigura a vida de pessoas afetadas com a situação adversa da seca, contexto climático, eventualmente infortuno, que submete seus habitantes a falta de água para qualquer finalidade.

Ressalta-se ainda, antes de partir para a explanação Política de combate a seca em sí, que é necessário assimilar a Análise da Política para compreender a política pública como algo que vem para a promoção do bem-estar social.

2.2. Análise de políticas públicas

Este processo objetiva aprimorar o entendimento a respeito da política e do processo político e que ocorre por meio da identificação da tipologia da política pública. Neste trabalho, apresenta-se a contribuição de Theodore J. Lowi (1964 *apud* SECCHI, 2010) que

apresenta a tipologia da Política pública dividida em quatro e baseando-se no impacto da mesma sobre a sociedade, são elas:

- Políticas regulatórias: tem a finalidade interferir no comportamento dos atores públicos e/ou privados, com o intuito de estabelecer padrões de comportamento visando a segurança, a equidade e a justiça social, por exemplo, código de trânsito, Código de ética, etc;

- Políticas distributivas: política que gera benefícios direcionados a determinado grupo, e em contra partida custos para a coletividade, neste ponto, destaca-se a dificuldade de delimitar quem paga e quem não paga por qualquer serviço. Como exemplo, Secchi (2018) apresenta a gratuidade de taxas para certos usuários de serviços públicos, como idosos, estudantes, etc. De forma que quem paga o preço é a coletividade por meio dos tributos.

- Políticas redistributivas: trata-se da tipologia mais conflituosa, pois ao passo que concede benefícios concentrados a determinados atores, acarreta a custos concentrados a outros. De forma que sempre existirá o grupo defensor da política, e o grupo opositor da mesma. Por exemplo, as cotas raciais nas universidades.

- Políticas constitutivas: considerada como a *meta-polícies*, esta se encontra acima de todas as tipologias já citadas, pois define as competências, regras de disputa política e da elaboração das próprias políticas públicas. Em regra, provocam situações conflituosas pela sua capacidade de alterar o equilíbrio de poder. Como exemplo cita-se a distribuição de competências dos três poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Dito isto, será analisado a partir daqui a Política de Combate a seca, sua tipologia e seu impacto social.

2.3. Políticas públicas de combate à seca no nordeste brasileiro

A falta e/ou falha no acesso a água para todos não é um problema recente no Brasil, as variações climáticas sempre existiram afetando a disponibilidade de água e produzindo efeitos desastrosos em regiões cujo clima é o Semiárido, caracterizado pela baixa umidade e pouco volume pluviométrico. Como agravante, tem-se o fato de a população mais afetada ser a localizada na Zona Rural, em regra, de baixa renda e com o menor Índice de Desenvolvimento Humano Local, considerada como situação de vulnerabilidade social. Para Santana, Arsky e Soares (2011), a má distribuição hídrica acarreta à pobreza rural, a degradação do solo da caatinga, baixa capacidade produtiva e baixo nível de desenvolvimento econômico na região.

Em contrapartida, ainda segundo Santana, Arsky e Soares (2011), atender a essa população é ato de difícil operacionalização por meio grandes obras, dada a dispersão do

território. O abastecimento da rede pública é considerado inviável, e as concessionárias estaduais responsáveis pela provisão deste serviço, negligenciam o saneamento rural, afetando negativamente as famílias em situação de vulnerabilidade social.

Embora durante muito tempo este quadro tenha vingado, recentemente aparatos legais tornaram o serviço público de saneamento básico e o abastecimento de água um direito universal. Dentre eles está a Política Nacional de Saneamento Básico (Decreto nº 7.217/2010), que prevê que:

Art. 68. A União apoiará a população rural dispersa e a população de pequenos núcleos urbanos isolados na contenção, reservação e utilização de águas pluviais para o consumo humano e para a produção de alimentos destinados ao autoconsumo, mediante programa específico que atenda ao seguinte:

I - utilização de tecnologias sociais tradicionais, originadas das práticas das populações interessadas, especialmente na construção de cisternas e de barragens simplificadas; e

II - apoio à produção de equipamentos, especialmente cisternas, independentemente da situação fundiária da área utilizada pela família beneficiada ou do sítio onde deverá se localizar o equipamento.

§ 1º No caso de a água reservada se destinar a consumo humano, o órgão ou entidade federal responsável pelo programa oficializará a autoridade sanitária municipal, comunicando-a da existência do equipamento de retenção e reservação de águas pluviais, para que se proceda ao controle de sua qualidade, nos termos das normas vigentes no SUS.

§ 2º O programa mencionado no caput será implementado, preferencialmente, na região do semiárido brasileiro. (BRASIL, 2010)

Além disso, a Política Nacional de segurança alimentar (Decreto nº 7.272/2010), em seu Art. 22, parágrafo único e inciso XII, garante o acesso à água de qualidade para consumo e produção (BRASIL, 2010).

Para Passador e Passador (2010), traçar um meio para resolver, ou amenizar, o problema da escassez de água no Semiárido surgiu do Governo Federal e ademais sua intervenção no Nordeste no combate a seca não é recente, destacando 3 fases distintas na história, sendo elas:

- Medidas de salvação (de 1987 aos anos 1940): baseada no investimento imperial em grandes obras de açudagem, barragens e perfuração de poços profundos;

- Desenvolvimento planejado (1950 à 1970): a atenção política migra para o aproveitamento racional dos recursos hídricos. Neste momento é criado o Grupo de Trabalho para o desenvolvimento do Nordeste, responsável por traçar medidas para o desenvolvimento da região;

- Desenvolvimento planejado (iniciado em 1970): fase marcante na história da Política de combate a seca, pois inúmeros Programas foram desenvolvidos e implantados, dentre eles: Programas de desenvolvimento Regional (1970), Programa Sertanejo (1976), Programa de Recursos Hídricos do Nordeste - Prohidro (1979), Provárzeas (1981), Programa de Irrigação do Nordeste (1986), Programa Federal de Combate aos Efeitos da Seca (1998),

Bolsa Renda, que mais tarde se tornou Bolsa família (2004); Programa 1 milhão de cisternas - P1MC (2001) etc.

Percebe-se então que grande tem sido o esforço do governo, por meio da implementação de políticas públicas no Nordeste semiárido. No entanto, sua característica de políticas de governo as tornam incompletas e desintegradas, pois cada governo eleito interrompe ou altera a essência do Projeto do governo anterior (PASSADOR; PASSADOR, 2010). Tal problemática apenas teria um plano de atuação governamental permanente caso viesse a se tornar Política de Estado, fato dependente de luta social futura. Atualmente, a política que se encontra em pleno vigor é o Programa Cisternas, financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, que passou por um longo histórico e adequa-se à tipologia distributiva gerando benefício para a população residente em Zona rural e em situação de vulnerabilidade social.

2.4. O Programa Cisternas do Governo Federal

Defronte à falha no acesso a água por meio do sistema de abastecimento e as variações climáticas que afetam a disponibilidade de água, a captação de água da chuva para consumo humano em sistemas individuais é uma prática usual há muitos anos e no mundo inteiro, considerada por Passador e Passador (2010 p. 74) como “medida estratégica para desenvolvimento social e econômico das regiões semiáridas”.

No Brasil, especificamente no semiárido nordestino, o solo raso, a baixa capacidade de retenção de água subterrânea e a água do subsolo comumente salobra, desestimulando a perfuração de poços, se configuram outros desafios a serem superados. Além disso, existem na região apenas duas grandes bacias hidrográficas, a do São Francisco e a do Parnaíba. E assim, a busca por alternativas para uma nova cultura e adaptação em meio ao semiárido é de suma importância.

Conta a história que em 1999, no Brasil, ocorreu a 3ª Conferência das partes da Convenção de Combate a Desertificação e a Seca (COP3), momento célebre da Política de combate a Seca, onde foi criada a Articulação do Semiárido (ASA), espaço de articulação política da Sociedade Civil atualmente composta por mais de três mil organizações de distintas naturezas, como sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, Organizações não governamentais (ONG's), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), etc. E por meio de sua atuação, em 2001 propôs e desenvolveu o Programa Um milhão de Cisternas (P1MC). E em 2003 estabeleceu parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) tomando feições de Política Pública.

O P1MC visa garantir água e alimentação de qualidade e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida da população residente no semiárido. Para tanto, intencionava a construção de 1 milhão de cisternas de placas de cimento, areia, brita e ferro, reservatório construído ao lado da casa, semienterrado, em formato redondo, capaz de armazenar 16 mil litros de água da chuva captada diretamente do telhado, para o consumo humano nos períodos de estiagem (entre 8 a 10 meses).

O programa segue uma série de etapas que devem ser fielmente cumpridas pelos beneficiários, são elas:

1) Seleção e cadastramento de famílias: etapa que envolve comunidades, famílias e organizações da sociedade civil em um processo de mobilização social, com o intuito de identificar as famílias que atendem aos critérios predefinidos pelo programa, dentre eles ser de baixa renda e residir na Zona Rural.

2) Capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH): processo educativo que aborda questões relacionadas ao semiárido, aos cuidados com a água e com a cisterna. Cabe destacar que o processo de formação direciona-se a diferentes atores, como famílias, Comissões municipais, pedreiros e pedreiras que constroem as cisternas. Para Soares Junior e Leitão (2017) a proposta de formação inclui uma metodologia participativa e reflexiva, visando a ampliação das reflexões dos envolvidos a respeito do direito à água e das estratégias de convivência com o semiárido.

3) Por fim, por mera prestação de contas, a família faz a assinatura do Termo de recebimento da tecnologia social e uma foto ao lado da cisterna.

Cabe destacar aqui, que a cisterna de placa é considerada uma tecnologia simples e de baixo custo, cujo investimento gira em torno de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), incluindo a contrapartida da família, que é a escavação do buraco que vai receber a cisterna, alimentação e hospedagem dos pedreiros durante os 5 dias de construção.

O P1MC foi finalizado em 2012, pelo MDS, sem conseguir atingir seu objetivo, sendo substituído pelo Programa água para todos, do Ministério da Integração Social (MI), que objetivou entregar 750 mil cisternas até o fim de 2014, cisternas não mais de alvenaria, mas industrializadas produzidas com polietileno.

Atualmente, o programa encontra-se em vigor denominando-se Programa Cisternas, que financiado pelo MDS novamente, voltou a construir Cisternas de Placas seguindo o mesmo processo do P1MC. O programa cisternas foi reconhecido, como uma das políticas públicas mais importantes do mundo no combate à desertificação, obtendo o segundo lugar no prêmio Internacional de Política para o Futuro 2017, da organização alemã World Future Council, em parceria com a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação.

Além disso, trata-se de um programa oriundo de demanda e parceria entre a sociedade civil, organizações não governamentais e o Estado. Assim, a sociedade organizada, quem detém o conhecimento de seus problemas, juntamente com o governo, que detém capacidade interventiva para tal, dialogam por um bem comum, promovendo o acesso da população menos favorecida à água de qualidade.

3. METODOLOGIA

Nesta seção serão descritos os procedimentos metodológicos que foram utilizados no presente trabalho, em termos de classificação da pesquisa, técnicas de coleta e análise de dados aplicados.

3.1. Classificação da pesquisa

O presente trabalho constitui-se uma pesquisa qualitativa, pois almeja investigar a realidade quanto aos impactos do Programa Cisternas no Município de Barreira – CE, buscando entender, por meio da percepção de uma Entidade Executora do projeto, se a Política Pública de Combate a Seca no Nordeste influencia na qualidade de vida das famílias em termos de saúde, lazer, renda e questões de gênero, critérios de análise definidos por Passador e Passador (2010) em sua análise da Política, promovendo o desenvolvimento local das comunidades contempladas.

Para Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa qualitativa compreende dois momentos distintos, sendo eles: a coleta de dados e posteriormente a interpretação do significado das atitudes das pessoas, sem a utilização de informações numéricas no trato dos dados (MARCONI e LAKATOS, 2010). Para os autores citados, esta abordagem tem como vantagem a identificação do conjunto de atitudes sinceras das pessoas, embora, o fator temporal e espacial possam apresentar restrições na pesquisa, ou seja, pode ser uma pesquisa demorada, em que o pesquisado deve ser aceito no espaço pesquisado.

Quanto à natureza, entende-se que a pesquisa pode se classificar, de acordo com sua razão de ser, em pura ou aplicada. A pesquisa pura busca o desenvolvimento da ciência sem a preocupação com sua aplicação, sendo então de “ordem intelectual”. A pesquisa aplicada depende das descobertas da pesquisa pura, mas fundamenta-se pelo interesse na aplicação do conhecimento, tratando-se da pesquisa de “ordem prática” (GIL, 2010). Assim, caracteriza-se este trabalho como pesquisa aplicada, uma vez que seus achados podem contribuir para o estímulo da criação e execução de novas Políticas Públicas Sociais de combate a seca que promovam o desenvolvimento local em municípios e comunidades menos favorecidas e afetadas pelos períodos de estiagem.

No que tange aos objetivos, conduziu-se para a pesquisa descritiva pelo fato de os fenômenos serem observados, registrados e analisados sem qualquer manipulação por parte do pesquisador (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007). Além disso, utilizou-se também dos recursos da pesquisa exploratória, que para Gil (2010) proporciona uma visão geral acerca de

determinado fato ainda pouco explorado. Assim, foram coletadas informações acerca da implantação do Programa Cisternas no Município estudado, para posterior análise sem exercício de influência sobre os mesmos, buscando-se alcançar além do objetivo geral, os objetivos específicos do presente trabalho.

Quanto aos procedimentos adotados, realizou-se um estudo de caso juntamente com uma pesquisa bibliográfica. Para Yin (2015), o estudo de caso é a investigação de um fenômeno contemporâneo em seu contexto no mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são evidentes. Deste modo, a pesquisa se baseia no estudo do caso específico no Município de Barreira - CE, sendo observados os impactos do Programa cisternas no mesmo.

3.2. Coleta de dados

A coleta de dados da presente pesquisa ocorreu por meio de pesquisa bibliográfica e realização de entrevista. A pesquisa bibliográfica, segundo Cervo, Bervian e Silva, (2007) é a análise de material já elaborado, como: livros, artigos, teses e dissertações. Nesta pesquisa foram utilizados, dentre outros, os apontamentos sobre Política Pública de combate a seca no Brasil, de Passador e Passador (2010), de onde foram identificados os critérios de análise para os impactos do Programa Cisternas, além de responder ao primeiro e segundo objetivos específicos.

Feito isto, para o alcance do terceiro objetivo específico, utilizou-se como instrumento de coleta de dados a realização de um entrevista semiestruturada, que se trata do meio pelo qual o investigador apresenta perguntas ao investigado, como o objetivo de obter dados que interessam a pesquisa. Constituindo-se uma técnica excelente e muito utilizada no âmbito da pesquisa de ciências sociais, de forma que grande parte do conhecimento gerado na área deve-se a sua aplicação (GIL, 2010).

Assim, com o intuito de entender em profundidade a percepção de quem já atua no ramo da execução da Política de Combate a Seca, por meio do Programa cisternas, buscou-se entrevistar as duas pessoas que compõem a coordenação de projetos da instituição executora, a já citada OBAS, que se trata de um coordenador e agrônomo, que atua no programa deste o ano de 2002 e uma coordenadora que atua desde o ano de 2008, ambos técnicos de campo de projetos. A escolha do entrevistado não seguiu princípios probabilísticos, ficando a cargo do pesquisador a identificação da pessoa apta a informar. O mesmo é identificado do decorrer da análise prática pelo cargo que ocupa na referida instituição, com o propósito de resguardar sua identidade.

Para a entrevista, utilizou-se instrumentos de captura de áudio, para sua posterior transcrição, e tem duração média de trinta minutos, seguindo o roteiro apresentado no apêndice A.

3.3. Análise de dados

Após a coleta realizada por meio da entrevista, os dados obtidos serão transcritos, analisados e associados aos dados oriundos da pesquisa bibliográfica, tendo por critérios de análise, a influência do Programa cisternas sobre a qualidade de vida das famílias em termos de saúde, lazer, renda e questão de gênero (PASSADOR E PASSADOR, 2010), promovendo o desenvolvimento local.

Para a análise dos dados levantados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, que para Bardin (1977, p. 42):

constitui em um conjunto de técnicas para análise de comunicação que se dá por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens, com o objetivo de obter indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção de mensagens, procurando ir além das mensagens concretas.

A entrevista inicialmente foi transcrita e em seguida minuciosamente examinada com o intuito de identificar impacto do Programa Cisternas como política pública no combate à seca no município de Barreira- Ceará. Estando de acordo com a finalidade da análise de conteúdo de Bardin (1977), em que se visam deduções lógicas para adaptar o material colhido ao problema que se busca resolver.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo são apresentados os resultados da pesquisa e as análises decorrentes das entrevistas realizadas com a coordenação do Programa Cisternas da OBAS, no Município de Barreira - CE, e identificação ao impacto do mesmo nas comunidades rurais do Município.

4.1. Aspectos gerais do Município de Barreira – CE

O Município de Barreira localiza-se no interior do Estado do Ceará, Mesoregião Norte, mais especificamente na Região de planejamento denominada Maciço de Baturité. Atualmente possui área absoluta de 245,8 km² que se subdivide em quatro distritos, são eles: Barreira, Córrego, Lagoa do Barro e Lagoa Grande. Sua população estimada para 2017, segundo o último Censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística - IBGE (2010) é de aproximadamente 20.978 habitantes, dos quais 58,48% reside na zona rural e 41,52% reside na zona urbana (IPECE, 2017). Quanto a aspectos climáticos, o município convive com o clima Tropical Quente Semi-árido Brando e suas comunidades rurais de difícil acesso já sofreram com a falta de abastecimento de água pela rede pública, problema amenizado com a chegada do Programa Cisternas.

Atualmente participa do Comitê da Bacia Hidrográfica da Região Metropolitana de Fortaleza e conta com forte parceria como governo do estado quanto a financiamento para projetos de fomento ao convívio com o clima semiárido. Dito isto, torna-se necessário o entendimento da execução do projeto no município.

4.2. Execução da Política de combate a seca no Município de Barreira: a OBAS

Para a execução do programa Cisternas no Município de Barreira, conta-se tanto com a ação da gestão pública municipal, que por meio de ofício reivindica junto aos órgãos competentes tecnologias para serem implantadas em suas comunidades rurais e carentes do abastecimento de água, como também com a OBAS, instituição executora de projetos deste teor, sediada no próprio município. A OBAS é uma organização não governamental (ONG) que tem como missão realizar ações sociais comprometidas com o ambiente ecologicamente sustentável. Nas palavras do coordenador entrevistado

a OBAS foi criada com uma relação muito próxima a questão do acesso a água e também acompanhando o projeto cisternas, a OBAS é a executora local do projeto aqui no Município de Barreira, havia uma instituição que coordenava todo o trabalho que é o ESPLAR, e as pessoas que fazem parte da OBAS que fundaram a OBAS, faziam parte da comissão local. A OBAS foi criada praticamente nesse contexto das

cisternas do projeto cisternas, um milhão de cisternas. (COORDENADOR DA OBAS)

Neste sentido, trás em seu berço e ao longo de seus 17 anos, tem ampliado suas ações realizando atividades prioritariamente com agricultores e agricultoras buscando mudar suas percepções com relação à convivência com o semiárido, realizando discussões com temas relacionados aos direitos humanos, cidadania e agricultura ecológica. Atualmente, as áreas geográficas de atuação em que se destaca são a Região do Maciço de Baturité e do Vale do Jaguaribe.

Dentre as diversas ações da OBAS, cuja finalidade é homogênea à proposta de fortalecimento da convivência com o clima semiárido, descentralização e democratização da água, e conseqüentemente a execução da política de combate a seca no Nordeste, destaca-se os seguintes projetos:

- Programa cisternas: tem a finalidade de estocar água da chuva em um reservatório, com capacidade para 16 mil litros de água para o consumo humano, construído ao lado das residências para captar a água que cai do telhado;
- Programa cisternas nas escolas: tem como objetivo estocar água de chuva, captada do telhado, para as escolas rurais do Semiárido por meio da cisterna com capacidade para 52 mil litros de água, possibilitando o pleno funcionamento do espaço de aprendizado e convivência nos períodos de estiagem;
- Programa uma terra e duas águas (P1+2): visa a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional das famílias de agricultores e o fomento a geração de emprego e renda. A estratégia para alcançar esses objetivos é a construção de tecnologias sociais, de uso coletivo e/ou familiar, para a captação de águas da chuva para produção de alimentos e criação de animais. A exemplo, pode-se citar a cisterna enxurrada e cisterna calçadão, reservatórios com capacidade para 52 mil litros de água, cuja captação se dá por condutores construídos no chão e interligados a cisterna;
- Sistema de reúso de águas cinzas: sistema de reaproveitamento por filtragem da água que sai da pia e banheiro (banho) das residências, para a produção de alimentos (frutíferas e hortaliças) e criação de animais. Visando a geração de emprego e renda e a soberania e segurança alimentar e nutricional das famílias.

Além disto, a OBAS atua no fomento ao empreendedorismo, mercado e geração de renda de agricultores beneficiários dos projetos acima citados, para tal, colocou em prática recentemente a chamada Feira agroecológica, que ocorre uma vez por semana em diversos municípios atuantes, dentre eles; Barreira, Limoeiro do Norte, Pereiro e Russas.

Neste cenário, segundo a coordenadora de projetos, “com a missão de realizar ações sociais comprometidas com o ambiente ecologicamente sustentável, a OBAS, com 17 anos de existência já atendeu 17.869 famílias residentes no semiárido nordestino”, distribuídas nos projetos da seguinte forma:

QUADRO 1: QUANTITATIVO DE FAMÍLIAS ATENDIDAS PELA OBAS POR REGIÃO CEARENSE

Regiões	Programa cisternas	Cisternas nas escolas	P1+2	Reúso
Vale do Jaguaribe	5.297	42	1.656	21
Maçiço de Baturité	5.723	7	254	6
Região Metropolitana de Fortaleza	1624	17	60	13
Sertão Central	405		106	
Centro Sul	2432			
Litoral Oeste / Vale do Curu	57			
Cariri			120	
Sertão de Canindé			29	
SUBTOTAL:	15.538	66	2.225	40
TOTAL: 17.869				

Fonte: Própria

Quanto a atuação da política no Município de Barreira, sendo este integrante da região do Maçiço de Barurité, se deu da seguinte forma:

QUADRO II: QUANTITATIVO DE FAMÍLIAS ATENDIDAS PELA OBAS NA REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ

REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ					
MUNICÍPIO	Programa cisternas	Cisternas nas escolas	P1+2	Sistema de reúso	TOTAL
Barreira	2570	7	33		2610
Acarape	124				124
Redenção	100				100
Ocara	75		101	6	182
Aracoiaba	26				26
Palmácia	1130		60		1190
Pacotí	115				115
Aratuba	745		60		805
Itapiúna	400				400
Mulungu	180				180
Guaramiranga	75				75
Baturité	183				183

TOTAL: 5990 FAMÍLIAS ATENDIDAS

Fonte: Própria

Percebe-se então, diante do exposto, que da região explicitada, o Município de Barreira tem sido o mais assistido pela política de combate a seca, no contexto da instituição executora, especificamente pelo Programa Cisternas. Fato que reflete diretamente na qualidade de vida da população residente, que antes dependia, em regra, de água de açudes, poços profundos, cacimbas, carros pipa e outras fontes de água consideradas de baixa qualidade para o consumo humano, e que sua captação empreendia grande esforço físico por parte das famílias. Segundo a coordenadora entrevistada, de toda a população rural do município, restam cerca de 250 famílias para serem atendidas pelo programa em outras etapas futuras.

Cabe destacar que no Município, podemos citar como envolvidos da política, o poder público municipal, por meio da secretaria da agricultura, o terceiro setor, por meio do sindicato dos trabalhadores e da própria OBAS, e ainda as sociedade civil, por meio das associações de moradores e papel das lideranças das comunidade rurais.

4.3. O Programa cisternas no Município de Barreira

O Programa Cisternas tem a visão transformadora de levar às comunidades rurais uma nova visão sobre a convivência com o semiárido. Para além da tecnologia social implantada, o programa envolve a mobilização social em geral, para que as comunidades se apropriem tanto de seus direitos e de sua voz perante ao poder público como de sua identidade, desfazendo a imagem de uma região marcada pela fome severa e conquistando cada vez mais direitos para a melhoria da qualidade de vida aqui no seu lugar de origem. Segundo o Coordenador do projeto é preciso

deixar claro que a gente tem que acabar com aquela ideia de combater a seca, de acabar com a seca e passar a conviver com o semiárido, foi um trabalho de identidade com o semiárido, de autoestima mesmo. É...o povo do nordeste sofria muito com o preconceito, com aquela figura da miséria, da pobreza, do subdesenvolvimento, e aí esses programas trabalhados pela ASA eles vem, para além da tecnologia social, eles vem com um componente de formação, de mobilização, e aí que modifica o cenário local [...] a cisterna é uma isca para que as comunidades se organizem e busquem muito mais, conseguir acessar uma melhor estrada, uma melhor saúde, uma melhor escola, oportunidades de geração de renda [...] o programa cisternas transformou a vida de muita gente no semiárido (COORDENADOR DA INSTITUIÇÃO).

A chegada do programa às comunidades barreirences foi um processo marcante do projeto. Aqui cabe destacar que as comunidades se sentiam abandonadas pelo poder público

em razão da má distribuição de renda, desemprego e condições climáticas da região, nesse sentido, ainda segundo o coordenador, as famílias desacreditavam que tamanha benfeitoria pudesse chegar até elas e amenizar sua necessidade básica da falta de água de qualidade para o consumo. “Na verdade, a cisterna tenha sido uma das poucas políticas que chegou em locais assim antes inimagináveis, que não se imaginava né. Locais que não tinha estrada, que não tinha energia, que o material era levado nas costas das pessoas, no lombo dos animais [...]”(COORDENADOR DA INSTITUIÇÃO)

Para além do aspecto social ao qual trouxe melhorias, o Programa também favoreceu ao aspecto econômico, uma vez que o tempo antes diligente a atividade de ir buscar a água nas fontes existentes, hoje pode ser aplicado à roça, empreendimentos e lazer, e também ambiental, dotando a região atendida de sustentabilidade hídrica para quem lá habita.

Um outro aspecto que requer destaque é o quesito saúde abarcado no programa e que vai de um contexto macro, cuidado com a cisterna em sua estrutura física, ao micro, manutenção da pureza da água nela armazenada. Este ponto é trabalhado no curso de capacitação de beneficiários, o GRH (Gerenciamento de Recursos Hídricos), em que se trabalha o que é semiárido, a importância de guardar a água e o tratamento da água, como limpar a cisterna e como limpar o telhado, evitando a proliferação de doenças pela ingestão de água suja e contaminada.

Por fim, visto de outro ângulo é possível observar que o programa concilia a convivência com o semiárido com a questão de gênero, priorizando famílias chefiadas por mulheres favorecendo a autonomia das mulheres quanto ao uso da água, compartilhamento com vizinhos, etc. no entanto, segundo o coordenador,

a OBAS tem que melhorar nesse quesito das questões de gênero. Não é simplesmente botar a cisterna no nome da mulher, isso é muito pouco né? [...] a gente tem que fazer, e normalmente se faz um diálogo no GRH, por exemplo, tem uma atividade que se faz que é... a gente fazer as relações entre homens e mulheres, essa relação do trabalho. Aí quando a gente conta as horas trabalhadas da mulheres e as horas trabalhadas dos homens, aí você percebe que a mulher tem uma dupla ou tripla carga horária de trabalho.

Na verdade, ainda na visão do coordenador, o projeto em si não contribui diretamente para trabalhar a questão de gênero, dado que nem todas as instituições executoras dão ênfase a essa temática e algumas nem percebem a importância disso, do empoderamento da família, tal como ocorre com o Programa Bolsa Família, em que a titularidade é da mulher, que na maioria das vezes, munida do sentimento de solidariedade, partilha e conhecimento profundo das necessidades da família, conduz este bem.

Em face disto, compreende-se que o Programa possibilita inúmeros avanços não só para as famílias, mas para as comunidades rurais como um todo, como a diminuição da incidência de doenças em virtude do consumo de água contaminada e a diminuição da sobrecarga de trabalho das mulheres, identidade, sustentabilidade hídrica das regiões, geração de renda e ganhos sociais ao fortalecer a sociedade civil no âmbito das políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento local e humano.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui retratada evidenciou o impacto da Política Pública de Combate a seca no Nordeste por meio da execução do Projeto Cisternas no Município de Barreira – CE, executado pela OBAS, como estratégia para a convivência com o clima semiárido e desenvolvimento local. Passadas quase duas décadas após a criação da política, sabe-se que grande tem sido o esforço dos envolvidos pelo seu aperfeiçoamento e pela sua continuidade, que por sua vez ainda configura-se por ser uma Política de Governo. Por meio da pesquisa bibliográfica, percebe-se que a Política se caracteriza por ser do tipo redistributiva, na definição de Theodore J. Lowi (1964 *apud* Secchi, 2010), ao passo que gera benefícios, em regra, às famílias em situação de vulnerabilidade, e ainda o programa tem sido de grande valia apresentando melhorias na qualidade de vida dos beneficiários, no entanto, alguns aspectos ainda podem ser considerados.

Em resposta às propostas desta pesquisa, a partir do questionamento a respeito do impacto do Programa Cisternas como política pública de combate à seca teve-se como objetivo geral, estudar o impacto do Programa Cisternas como política pública de combate à seca.

Para atender ao objetivo geral, adotou-se como local de pesquisa o Município de Barreira - CE, município que sedeia uma instituição executora de projetos, além de ter sido um dos mais atendidos pelo Programa cisternas. Como parâmetros de investigação utilizou-se os aspectos de melhorias da qualidade de vida, no âmbito do programa, descritos por Passador e Passador (2010), dos quais: saúde, lazer, estímulo a geração de renda e questão de gênero, que promovem o desenvolvimento local das comunidades contempladas. Buscando analisar afundo e com um olhar de dentro e de fora, a percepção e compreensão da dupla coordenadores de projetos da OBAS, que por atuarem a muito tempo na área, adquiriram experiência tiveram muito a contribuir para esta pesquisa.

Para isto, buscou-se desenvolver os seguintes objetivos específicos: (a) Identificar as políticas públicas voltadas para o combate à seca no Brasil; (b) Estudar o Programa Cisternas do Governo Federal do Brasil; e (c) Analisar o impacto do Programa Cisternas como Política pública no combate à seca no Município de Barreira- Ceará.

Quanto ao primeiro e segundo objetivos específicos, foram identificadas uma sequência de programas de combate a seca no Brasil, iniciados desde o ano de 1970, que sofreram com a descontinuidade gerada pela rotatividade de planos de governo de cada

gestão. Como explicitado na revisão de literatura, dados os programas que vinham sendo desenvolvidos, dos quais podemos citar: Programas de desenvolvimento Regional (1970), Programa Sertanejo (1976), Programa de Recursos Hídricos do Nordeste - PROHIDRO (1979), Programa de Irrigação do Nordeste (1986), Programa Federal de Combate aos Efeitos da Seca (1998), e Bolsa Renda, que mais tarde se tornou Bolsa família (2004), etc. apenas em 2003 a causa tomou feições de política pública em si, e através da ação da ASA, criou-se o P1MC (2001), hoje conhecido como Programa cisternas.

Quanto ao terceiro objetivo específico, a Política pública de combate à seca percorreu um longo percurso até chegar ao Programa cisternas como meio para tornar regiões rurais do Semiárido habitável, ainda sim, longa é a jornada para se tornar política de Estado. De fato, o impacto tem sido positivo no Município estudado, ao todo, 2.570 famílias, distribuídas dentre as comunidades rurais, que antes dependiam de fontes de água fora do padrão de qualidade para o consumo e muitas vezes localizadas a uma distância considerável das residências, hoje são beneficiárias de um reservatório durável, ao lado de suas casas, capacitadas para manter a qualidade da água, além da capacidade de articulação das comunidades e compostas por sujeitos mais conscientes e atuantes. Inúmeros são os benefícios acarretados pelo programa, e espera-se que tal filosofia venha a se tornar modelo para demais políticas públicas sociais.

Respondidos os objetivos traçados, pode-se dizer sobre o Programa cisternas que este tem ação transformadora nas regiões onde é executado, numa visão micro visa amenizar a questão da escassez de água potável, mas numa visão macro, visa atingir a causa social como um todo, dentre saúde, renda, e gênero, e além do mais, proporciona a aliança entre órgãos governamentais em todas as suas esferas, setor privado e organizações da sociedade civil em torno de um bem comum, genuinamente emanado do povo, firmando a relação sociedade-estado.

Como sugestão para melhoria, percebe-se que a restrição do Programa cisternas em atender apenas famílias residentes na zona rural, deixa de fora famílias residentes na zona urbana que convivem com abastecimento de água inconstante pela rede pública. Dada a região semiárida, municípios como Barreira, que não é banhado por rios e grandes açudes e nem conta com adutora, pois a mais próxima passa pelo município de Acarape, a 18 quilômetros de distância de Barreira, sofre com a falta de água integralmente. Assim, atender as famílias de baixa renda e também residentes na zona urbana seria uma forma de aperfeiçoamento do Programa cisternas.

Por fim, cabe ainda delinear como limitações de pesquisa o fato de terem sido entrevistadas apenas duas pessoas, fato explicado pelo período eleitoral vivenciado, pois os demais membros da equipe da instituição não esteve disponível para atendimento por esta razão. Além disso, o curto período de tempo impossibilitou a realização de visitas para colher relatos dos próprios beneficiários do Programa cisternas no Município de Barreira. Diante disto, propõe-se a propagação de estudos desta natureza em outros municípios e incluindo os beneficiários dentre os entrevistados, proporcionando um debate mais amplo sobre o impacto da Política pública de combate à seca no Nordeste.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p. Disponível em: <<https://gtfhufgrs.files.wordpress.com>> Acesso em 30 ago. 2018.

BRASIL. Decreto nº 7217, de 21 de junho de 2010.

Regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências. Brasília, DF, Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

_____. Decreto nº 7272, de 25 de agosto de 2010. **Regulamenta A Lei no 11.346, de 15 de Setembro de 2006, Que Cria O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisan Com Vistas A Assegurar O Direito Humano à Alimentação Adequada, Institui A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Pnsan, Estabelece Os Parâmetros Para A Elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e Dá Outras Providências**. Brasília, DF, Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

BRENNER LOPES (Sup.). **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/mg, 2008. 48 p. Disponível em: <<http://www.mp.ce.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa qualitativa**. São Paulo: Atlas S.a., 2010.

GOVERNO corta benefícios ao exportador e reduz verba para projetos sociais para viabilizar diesel mais barato. **O globo**. 03 ago. 2018
Disponível em: <<https://oglobo.globo.com>> . Acesso em: 26 set. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONOMICA DO CEARÁ (IPECE). **Perfil básico Municipal 2017 – Barreira. 2017**. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade,; LAKATOS, Eva. Maria. **Metodologia Científica**, 5ed.São Paulo: Atlas, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública contemporânea**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PASSADOR, Cláudia Ouza; PASSADOR, João Luiz. Apontamentos sobre as políticas de combate a seca no Brasil: Cisternas e cidadania?. **Cadernos de Gestão e Cidadania**, São Paulo, v. 15, n. 56, p.65-86, jul. 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

RUA, Maria das Graças. **Especialização em gestão pública municipal: Módulo básico**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

SANTOS, Maria das Graças de Sousa. Políticas Públicas: Contribuições para o debate. In: KANAANE, Roberto et al (Org.). **Gestão pública: Planejamento, Processos, Sistemas de informação e Pessoas**. São Paulo: Atlas S.a., 2010. p. 3-15.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SOARES JUNIOR, Dinando Antonio; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Desenvolvimento local: o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) em Tupanatinga, PE. **Interações**, Campo Grande, v. 18, n. 1, p.75-87, jan. 2017. Trimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

**DIRETORIA DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
DOCENTE: MARCOS BARBOSA
DISCENTE: NATÁLIA DA SILVA**

TEMA: POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À SECA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA CISTERNAS NO MUNICÍPIO DE BARREIRA – CEARÁ

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Visão da OBAS quanto ao projeto

1. A Quanto tempo a OBAS trabalha diretamente com políticas de combate a seca no Nordeste?
Como você vê o programa cisternas atualmente, após esse tempo de experiência?
2. Na sua visão, qual o impacto do programa na vida das pessoas beneficiárias?
3. Qual o nível de aceitabilidade das comunidades rurais quando o programa chega a elas?
4. Em sua opinião, o dimensionamento da cisterna é adequado? Qual a sua sugestão para melhorar o projeto?

Saúde

1. Antes da chegada do programa às comunidades rurais de Barreira, de onde vinha a água que as abastecia?
2. A OBAS já realizou algum estudo que comprove a qualidade da água armazenada no reservatório?

3. A OBAS tem a preocupação em orientar o beneficiário quanto a manutenção e limpeza da cisterna, evitando a proliferação de doenças?
4. O primeiro abastecimento da cisterna, que por vezes é feito pela instituição executora, é feito por carro pipa. De onde vem essa água?

Renda e Desenvolvimento local e lazer

1. Após a construção da cisterna, a OBAS tem o hábito de voltar na comunidade para verificar o impacto da implantação da tecnologia na mesma?
2. O projeto contribui para o desenvolvimento local da comunidade? Em que outros aspectos o projeto trás melhorias a comunidade?
3. Em sua opinião, o tempo antes gasto pela família, com a tarefa de buscar água nos locais onde esse bem era presente, pode ser um indicativo de desenvolvimento local? Dado que pode ser usado para empreendimentos e lazer?

Gênero

1. Sabe-se que o programa dá prioridade a famílias chefiadas por mulheres, qual o grau de importância a OBAS demonstra para tal critério?
2. Em sua opinião, em que aspecto o programa cisternas contribui para trabalhar positivamente questões de gênero?

